

A entrada da Educação Infantil no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC: algumas questões para análise.

Mariana Faria Oliva

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
marianaoliva@id.uff.br*

INTRODUÇÃO

A importância da Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e está dividida em creche e pré-escola, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) esta etapa “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social completando a ação da família e da comunidade.” (Art. 29).

O trabalho realizado no interior da Educação Infantil “tem caráter educativo e visa garantir assistência, alimentação, saúde e segurança com condições materiais e humanas que tragam benefícios sociais e culturais para as crianças” (KRAMER, 1999, p. 1)

As crianças são seres históricos, sociais, criadores de cultura e participam ativamente no contexto social. Elas possuem uma maneira singular de agir e pensar, e ainda, se comunicam com o mundo a sua volta, essencialmente, por meio do brincar. Assim, o brincar se caracteriza como elemento importante no desenvolvimento infantil, porque segundo Kishimoto (2001) “pelo brincar se pode compartilhar valores culturais e significações, expressar idéias, compartilhar emoções, aprender a tomar decisões, cooperar, socializar e utilizar a motricidade”. (p.9)

Nesse sentido, esta etapa da educação básica torna-se um espaço importante na vida da criança, pois proporciona constantes interações e relações destas com outras crianças e adultos, o que contribui para a formação de sua autonomia, para a ampliação do seu universo cultural e para a manutenção da sua cultura infantil, que segundo Sayão (1999) “expressa-se pelo brincar, pelo faz de conta, pelos jogos, pela imitação e por sua inconfundível capacidade de criar ritmos e movimentos” (p.233).

A Educação Infantil tem sido alvo de muitos questionamentos no que tange a estruturação de seu currículo e sua articulação com o ensino fundamental. A obrigatoriedade na fase pré-escolar “pode levar à compreensão de que é aí que a educação básica começa [...] trazendo de volta à cena o ideário de preparação para o ensino fundamental” (KRAMER, 2011, p. 75).

Como veremos a seguir, essa preparação para o ensino fundamental pode estar sendo consolidada, a partir da entrada da Educação Infantil no PNAIC.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) é um programa “apresentado como ação estratégica no âmbito das políticas educacionais para o Ensino Fundamental” (FRANGELLA, 2016, p. 110), assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios desde 2012. Ele tem por objetivo alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

A emergência do Pacto se dá pela tentativa do cumprimento da 5ª meta do Plano Nacional de Educação (PNE), onde está previsto “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental”. (BRASIL, 2014)

Com o intuito de alcançar seu objetivo, o PNAIC se articula em ações (eixos), sendo a centralidade da formação continuada dos professores alfabetizadores seu principal eixo.

(...) as ações do Pacto compreenderam um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Essas ações foram complementadas por outros três eixos de atuação: Materiais Didáticos e Pedagógicos, Avaliações e Controle Social e Mobilização. (BRASIL, 2018)

Com o passar dos anos, diante das ações promovidas e análise das experiências adquiridas, em 2017 o Pacto implementou, dentre algumas mudanças, a entrada da Educação Infantil no programa.

Contudo, existe uma preocupação acerca dessa mudança, tendo em vista que a Educação Infantil se constitui num espaço onde se prioriza as trocas de culturas, de sentimentos, expressões, a ampliação do universo infantil, brincadeiras, movimentos, gestos dentre outros e não, a mecanização das práticas pedagógicas, que tem como objetivo a consolidação da aprendizagem da linguagem oral e escrita.

Nesse sentido, devemos nos atentar em ‘como’ o PNAIC pretende incluir a Educação Infantil no programa. Segundo Kramer (1999), “a prioridade é a escola fundamental, com acesso e permanência das crianças e aquisição dos conhecimentos, mas a luta pela escola fundamental não contraria a importância da educação infantil...”. (p.1)

O ciclo de políticas de Stephen Ball

O ciclo de políticas é uma abordagem formulada por Stephen Ball e Richard Bowe e pode ser utilizada como referencial teórico-analítico, com o objetivo de analisar programas e políticas educacionais.

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais. (MAINARDES, 2006, p.49)

O ciclo proposto pelos autores é contínuo e, inicialmente, foi constituído com três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Posteriormente, houve o acréscimo de mais dois contextos: contexto dos resultados (ou efeitos) e contexto da estratégia política.

No contexto da influência se iniciam as políticas públicas e são formados os discursos políticos, assim os grupos interessados se esforçam para influenciar a definição dos objetivos sociais no campo da educação e seus significados.

O contexto da produção do texto corrobora os textos políticos, ou seja, é a representação da política. Alerta-se que os textos podem ser incoerentes e contraditórios, portanto, na visão de

Mainardes (2006) “a política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção”. (p.52)

É no contexto da prática que a política pode sofrer (re) interpretações e, assim, promover mudanças na política original. Mainardes (2006) coloca que para Ball e Bowe, “o ponto-chave é que as políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”.” (p.53)

No contexto dos resultados (ou efeitos) considera-se que as políticas têm efeitos e não somente resultados, os efeitos ainda, podem dividir-se em duas categorias, gerais e específicos. Nesse contexto, há uma preocupação quanto à justiça, igualdade e liberdade individual.

O contexto da estratégia política “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada”. (MAINARDES, 2006, p.55)

Nessa perspectiva, segundo Mainardes (2006) “essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até a sua implementação no contexto da prática e seus e efeitos” (p.48). Porém, vale ressaltar que os contextos possuem uma relação entre si e as etapas não são lineares.

PROBLEMA

A Educação Infantil desempenha um papel importante na vida das crianças, com isso as ações pedagógicas devem ser direcionadas com objetivo de promover o desenvolvimento de todas elas. Portanto, segundo Kishimoto, (2001) “as práticas pedagógicas atribuem maior tempo para atividades intelectuais voltadas para aquisição das letras e números. Brinquedos e brincadeiras aparecem no discurso, mas na prática restringem-se ao recreio...”. (p.7)

Dessa maneira, acredita-se que as crianças devem estar em contato com a cultura oral e escrita e sejam despertadas pelo interesse da aprendizagem dessas linguagens. Como afirma Corsino, Kramer e Nunes (2011)

é preciso que as crianças estabeleçam relações positivas com a linguagem, a leitura e a escrita, e que lhes seja produzido o desejo de aprender a ler e a escrever. Que as crianças possam aprender a gostar de ouvir a leitura, que tenham acesso à literatura, que desejem se tornar leitores, confiando nas próprias possibilidades de se desenvolver e aprender. (CORSINO; KRAMER; NUNES, 2011, p. 79)

Porém, este fato não pode ser considerado como o principal objetivo da Educação Infantil, porque desconsidera e até mesmo, poderia impedir a criança o direito a brincadeira, a ampliação do universo infantil, à manutenção da sua cultura infantil dentre outros.

Contudo, a entrada da Educação Infantil no PNAIC é preocupante, pois pode estar prevendo uma escolarização antecipada com o intuito de alfabetizar cada vez mais cedo as crianças.

Nesse sentido, partindo da abordagem do ciclo de políticas, pretende-se fazer uma análise do PNAIC, na tentativa de responder questões relacionadas à entrada da Educação Infantil no Programa e como esta inclusão vem sendo implementada nas escolas dessa etapa da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo traz algumas problematizações acerca de uma possível alfabetização precoce na Educação Infantil. Por ser inicial, apresenta somente o arcabouço teórico investigado e a pretensão da pesquisa.

O PNAIC surge no campo como uma política pública do ensino fundamental, onde prevê o cumprimento de uma das metas do PNE (2014-2024), que é a alfabetizar todas as crianças com 8 anos de idade, até o fim do 3º ano do ensino fundamental. Em 2017, a Educação Infantil passa a participar do Programa, o que pode nos levar a questionamentos sobre a antecipação da alfabetização.

Dessa forma, utilizando o ciclo de políticas de Stephen Ball como referencial teórico-analítico, pretende-se fazer uma análise crítica do Pacto na tentativa de entender quais os motivos, influências e interesses que levaram a inclusão da primeira etapa da educação básica nesse programa e, além disso, investigar como essa política vem sendo implementada nas escolas de Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Histórico PNAIC**. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

CORSINO, P.; KRAMER, S.; NUNES, M.F.R. **Infância e crianças de 6 anos**: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011

FRANGELLA, R.P. **Políticas de formação do alfabetizador e produção de políticas curriculares**: pactuando sentidos para formação, alfabetização e currículo. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 107-128, jan./abr. 2016

KISHIMOTO, T.M. **A LDB e as instituições de educação infantil**: desafios e perspectivas. Revista paulista de Educação Física, São Paulo, supl.4, p.7-14, 2001.

KRAMER, S. **O Papel Social da Educação Infantil**. Ministério das Relações Exteriores, 1999. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000082.pdf>> Acesso em 30 abr. 2018.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas**: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006

SAYÃO, D.T. **Educação Física na educação infantil**: riscos, conflitos e controvérsias. Motrivivência, Florianópolis, ano 11, n. 13, p. 221-238, nov. 1999.